



PROJETO

GERIR 2022

WORKSHOPS DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

Quinta-feira,
28 de setembro de 2023
GAZETA DO SUL



Fotos: Divulgação/GS



■ Edição do Projeto Gerir realizada na terça-feira, em formato virtual: acima, da esquerda para a direita, Falkenback, Conterato e Döring; abaixo, Capellupi e Dallazen; no canto superior, Jones Alei da Silva

O caminho do progresso



■ Prefeita Helena Hermany fez saudação inicial

A quarta edição de 2023 do Projeto Gerir – Workshops de Gestão Organizacional, iniciativa da *Gazeta Grupo de Comunicações*, foi realizada na última terça-feira, em formato virtual. O evento abordou o tema “Infraestrutura Regional: perspectivas para o Vale do Rio Pardo e o Rio Grande do Sul”, com a participação de quatro painelistas. O consultor de negócios da RGE, Eduardo Döring, e o diretor-geral da Rota de Santa Maria, Leandro Conterato, se fizeram presentes no ambiente de produção de conteúdo da *Gazeta*, na Rua Ramiro Barcelos, onde participaram na companhia do mediador, o jornalista e comunicador Ronaldo Falkenback. Já o diretor de Relações Institucionais da Aegae, Fabiano Dallazen, e o secretário de Parcerias e Concessões do Estado, Pedro Capellupi, manifestaram-se através de plataforma digital. O diretor-executivo da *Gazeta*, Jones Alei da Silva, fez uma saudação inicial em nome da empresa, e a prefeita Helena Hermany, que também esteve nos estúdios da *Rádio Gazeta FM 107,9*, prestigiando a atividade, igualmente fez um pronunciamento na abertura do evento. O Gerir tem o patrocínio de Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc) e Unimed Vales do Taquari e Rio Pardo, com apoio da Cucas da Rosana.



Aponte a câmera do celular para o QR-Code e confira a íntegra da edição do Gerir

O próximo é em novembro

O Projeto Gerir prevê cinco edições neste ano, oportunidades em que são debatidos temas relevantes no ambiente da socioeconomia regional. A quinta e última edição está prevista para o final de novembro, quando, então, terá culminância esse foro de interlocução ao longo do ano. A primeira edição ocorreu em abril e avaliou os desafios da mobilidade urbana; a segunda aconteceu em maio e tratou dos desafios da indústria, por ocasião do Dia da Indústria; já a terceira foi promovida em julho, por sua vez analisando as perspectivas do varejo na cidade e na região.

Com a quarta edição, da última terça-feira, especialistas puderam refletir sobre as condições e as potencialidades existentes em torno da infraestrutura, o que engloba rodovias, mobilidade, energia elétrica, abastecimento de água e outros temas associados aos serviços essenciais. Uma vez que a íntegra de cada edição fica disponível nas plataformas de conteúdo da *Gazeta*, a população pode aproveitar esse material para estimular debates junto às instituições da comunidade.

“Não basta cumprir o contrato, é preciso se **integrar** à sociedade”

O primeiro convidado a dar as boas-vindas foi o diretor de Relações Institucionais da Aegea Saneamento, Fabiano Dallazen. Ele parabenizou a **Gazeta** e seus parceiros por promoverem um projeto como o Gerir, cujos temas debatidos impactam diretamente a vida da população. “O investimento em infraestruturas, como energia elétrica, água, esgoto e estradas, é o que torna possível a melhora na qualidade de vida nas cidades.” Lembrou ainda do sucesso nas tratativas com a Prefeitura de Santa Cruz do Sul para a assinatura do termo aditivo de contrato para a concessão dos serviços de saneamento nos municípios.

Dallazen ressaltou a importância das concessões dos serviços essenciais à iniciativa privada e disse que a população pode esperar melhora nos serviços de saneamento nos próximos anos. “Toda mudança enseja resistência, coragem, muito trabalho e, principalmente, planejamento

não só para mudar, mas para fazer o acompanhamento do contrato.” Reforçou que uma concessão desse porte, por ter duração de várias décadas, não nasce pronta e precisa passar por adequações ao longo do tempo.

“Eu não canso de dizer que não basta apenas cumprir o contrato, isso é o mínimo. Precisa também se integrar, fazer parte da comunidade e compartilhar os seus valores.” Tratou ainda sobre a baixa cobertura de coleta e tratamento de esgoto no Rio Grande do Sul, cuja média está em torno de 20%, ante os 33% em nível nacional. Esses números são considerados preocupantes, visto que o Marco Legal do Saneamento prevê que 99% da população brasileira tenha acesso a água potável e 90% tenha coleta e tratamento de esgoto até 2033.

Apresentou também alguns dados do Sistema Nacional de Saneamento que mostram que 30 milhões de brasileiros ainda não têm água potável nas torneiras e 100 milhões não têm coleta e trata-

mento de esgoto nas residências. “Isso provoca um impacto brutal na saúde, desenvolvimento das cidades e área ambiental. Tudo isso será beneficiado com investimentos em saneamento.” Ainda no caso do RS, na média de todos os municípios atendidos pela Corsan, o fornecimento de água chega a 97% da população, mas as perdas ultrapassam os 42%.

“É um índice estratosférico. Precisamos de um investimento na ordem dos R\$ 15 bilhões para reduzir essas perdas e executar as obras necessárias para atingir as metas”, afirmou. Essas intervenções exigirão mão de obra e, por consequência, vão gerar empregos. “Um estudo feito pelo Trata Brasil especificamente sobre o Rio Grande do Sul mostra que a cada R\$ 1 bilhão investido, 5 mil empregos diretos são gerados na cadeia do saneamento e outros 47 mil indiretos. Até 2033, a Aegea planeja investir os R\$ 15 bilhões citados pelo diretor de Relações Institucionais.



■ Dallazen: a infraestrutura promove melhoria na qualidade de vida nas cidades

As obras em Santa Cruz

Questionado pelo mediador Ronaldo Falkenback sobre como a Aegea pretende realizar tantas obras em Santa Cruz sem comprometer a mobilidade urbana, Dallazen ressaltou que isso exige planejamento e comunicação com a Prefeitura e a população. “As pessoas precisam saber onde haverá intervenções e quanto tempo vai demorar.” Além disso, a empresa vai investir em tecnologias para diminuir o máximo possível os impactos. “Ninguém gosta de ter a frente da sua casa interditada e a sua calçada quebrada, mas é preciso entender os benefícios que aquilo vai trazer.”

/uniscscs /unisc /uniscscs

sobe.az

A GENTE
ENTROU NA
VIDA DA
JULIA.
PRA SEMPRE.



A felicidade da Julia ao conhecer a sua família paterna é porque nosso auxílio jurídico esteve com ela nesse momento tão importante.

Diariamente, dedicamos nosso conhecimento para transformar a realidade de inúmeras famílias da região.

Nós somos a Unisc.

Quando a gente entra na vida de alguém, pode acreditar, é pra sempre.

“A infraestrutura é fundamental para o desenvolvimento”

Com a frase que intitula este texto, o secretário de Parcerias e Concessões do Rio Grande do Sul, Pedro Capeluppi, iniciou sua participação na quarta edição do Gerir, na terça-feira. Ele foi mais um a elogiar a iniciativa e enfatizou a importância do debate entre o poder público, concessionárias e sociedade, tudo isso em nome do entendimento e da busca por soluções de problemas que assolam a população gaúcha há décadas.

Capeluppi recordou do tempo em que integrou a equipe do Ministério da Economia e de um estudo feito pela pasta em 2019 para identificar os principais gargalos da infraestrutura em nível nacional. “O que descobrimos com aquele resultado foi que se quisermos chegar ao nível dos países que temos como espelho daqui a 20 ou 30 anos, precisamos pelo menos triplicar o investimento em infraestrutura.” Segundo ele, isso vale para as de

responsabilidade da União, estados e municípios, por isso é tão importante que haja debate em todas as esferas com participação da sociedade civil.

Ele defendeu as concessões e parcerias com empresas privadas, ao recordar que a Corsan pública investia, em média, R\$ 400 milhões por ano em 317 municípios gaúchos. Já a Corsan/Aegea pretende aumentar esse montante para R\$ 1,6 bilhão anuais. O mesmo vale para a RSC-287, onde a Rota de Santa Maria investiu mais de R\$ 370 milhões em pouco mais de dois anos. “Imagina fazer tudo isso com dinheiro público, seria impossível.” Em sua compreensão, o desafio para o futuro, nos dois casos, é acompanhar o cumprimento do contrato e fazer as adequações necessárias.

Ao responder sobre o que falta para o início das obras de duplicação da RSC-287, Pedro Capeluppi informou que os anteprojetos ainda estão em discussão en-

tre o Estado e a concessionária. Assim que foram aprovados, os projetos executivos poderão ser elaborados.

“Já temos vários anteprojetos sendo analisados por nossas equipes, que estão muito comprometidas para que possamos dar essas respostas.” Segundo ele, hoje falta “muito pouco” para que os ajustes finais sejam feitos e essa demanda da comunidade regional comece a ser atendida.

Além da RSC-287, já concedida, o mediador Ronaldo Falkenback lembrou durante o evento que o Vale do Rio Pardo possui diversas outras rodovias em situação precária, como a RSC-471, a RSC-153 e a ERS-403, que nem sequer está com o asfaltamento concluído. Diante desse cenário, questionou se a Secretaria de Parcerias e Concessões busca outras concessões além das que já estavam previstas, como é o caso da RSC-453, entre Venâncio Aires e Lajeado, a fim de resolver essas situações.

Divulgação/CS



■ Capeluppi: o desafio para o futuro é acompanhar o cumprimento dos contratos

Novas concessões de rodovias

O secretário Pedro Capeluppi afirmou que a equipe da pasta de Parcerias e Concessões tem estudos em aberto para identificar novas possibilidades. Contudo, nas rodovias onde o volume de tráfego não é tão elevado, será inevitável um investimento público prévio para viabilizar a concessão. “Temos que estar sempre olhando para novos projetos para colocar na carteira e estruturar. Com o Estado recuperando a capacidade de investimento, o modelo de parceria público-privada, no meu entendimento, é melhor do que o investimento público direto”, enfatizou.

Contrate o serviço de **Saúde Ocupacional Unimed VTRP.**

Empresa séria segue a **legislação** e investe em **segurança.**

Implemente os programas de saúde e segurança SOU e tenha tranquilidade para focar no seu negócio enquanto a gente cuida das obrigações legais.

Saiba que você terá a mesma qualidade da operadora no **SOU – Saúde Ocupacional Unimed**. Alguns dos serviços oferecidos são o **PGR, PCMSO, LTCAT, ASO e PPP**, além de outras vantagens como **Plantão Virtual Unimed 24h, Unidade Móvel** para atendimentos na sua empresa e **Núcleo de Atendimento** para realização de consultas e exames dos trabalhadores.

Unimed
Vales do Taquari
e Rio Pardo/RS

SOU
Saúde
Ocupacional
Unimed

Invista em segurança.
Conheça nossos serviços em
unimedvtrp.com.br/sou

“A infraestrutura tem que auxiliar, não ser um gargalo”

Na sequência, a palavra passou a Leandro Conterato, diretor-geral da Rota de Santa Maria. Ele iniciou recordando o histórico de problemas da RSC-287 e o volume inadequado de investimentos feitos pelas concessionárias anteriores, em comparação ao crescimento no tráfego, situação que agora exige intervenções mais profundas para a recuperação do pavimento. Além disso, entende que a duplicação da rodovia é fundamental para acompanhar o desenvolvimento do Vale do Rio Pardo, uma das regiões que mais crescem no Rio Grande do Sul.

“A infraestrutura tem que auxiliar nesse desenvolvimento econômico e não ser um gargalo, então o nosso grande objetivo é resolver isso e possibilitar esse avanço.” Citou ainda as questões de segurança, que não são exclusividade da RSC-287 mas também são percebidas nela. “Esse investimento incompatível acaba cobrando um preço muito alto da sociedade, com acidentes e perda de vidas.” Nesse sentido, em seu entendimento, a Rota de Santa Maria já mostra resultados

expressivos com pouco mais de dois anos de concessão.

Para Conterato, a situação da RSC-287 melhorou muito se comparada ao que era quando a concessionária assumiu, em agosto de 2021. “Isso é visível no aumento da segurança, com a queda no número de acidentes em 36%. O usuário também percebe mais qualidade no pavimento, sinalização e demais elementos no entorno da pista.” Explicou ainda que o contato de concessão é dividido em diversas fases. A etapa de recuperação se estende até 2026, quando a empresa terá a obrigação de entregar todo o pavimento reestruturado e pronto para suportar o volume atual de tráfego.

Outro ponto abordado diz respeito à profundidade dessa manutenção, que não é apenas superficial. “Nós retiramos várias camadas, em alguns casos até do aterramento da pista (subleito), porque verificamos que ele não tinha condições de aguentar o nível atual de exigência.” Até o momento, cerca de 50 dos 204 quilômetros já passaram ou estão passando por esse tipo de intervenção que, segundo o dire-

tor-geral, demanda paciência dos motoristas e moradores do entorno. “O sistema pare e siga penaliza o tempo de deslocamento dos usuários, mas temos confiança de que eles entendem que essas obras trarão melhorias.”

Sobre a duplicação, Conterato complementou a fala de Pedro Capeluppi e garantiu que há muito trabalho sendo feito nos bastidores para agilizar o início das intervenções. “Temos cerca de 400 colaboradores contratados pelo Grupo Sacyr e divididos entre a Rota de Santa Maria, a equipe de engenharia e a construtora, que será a responsável pelas obras.” Além deles, há mais centenas de outros empregos indiretos que colaboram para movimentar a economia do Vale do Rio Pardo.

O grupo espanhol Sacyr venceu o leilão pela RSC-287 realizado em fevereiro de 2021 e assumiu a gestão da rodovia em agosto daquele mesmo ano, substituindo a Empresa Gaúcha de Rodovias (EGR). Válida por 30 anos, a concessão prevê investimentos na ordem dos R\$ 2,7 bilhões e a duplicação dos 204 quilômetros de extensão.



■ Conterato: RSC-287 apresenta mais segurança, com queda de 36% nos acidentes

A instalação de balanças

Outra novidade que os usuários verificarão na RSC-287 será a instalação de duas balanças nos próximos dois anos. Leandro Conterato informou que isso já estava previsto no contrato de concessão e tem como objetivo fiscalizar e combater o excesso de carga nos caminhões, um dos grandes responsáveis pela degradação do pavimento.

Os pontos onde esses equipamentos serão posicionados, segundo o diretor, ainda estão indefinidos e são alvo de estudos. “Esses locais não podem ter rotas alternativas. O veículo pesado não pode simplesmente desviar da balança, então essa escolha não é tão simples.”

“Não existe crescimento sem energia elétrica”

A quarta e última manifestação da noite foi do consultor de negócios e gerente de Relacionamento da RGE, Eduardo Döring. Ele começou a apresentação trazendo números sobre investimentos e obras da concessionária nos 381 municípios atendidos no Rio Grande do Sul. Para os próximos cinco anos, até 2027, está previsto um aporte de R\$ 8 bilhões para manutenção de 100% da rede de distribuição de energia e construção de subestações. A empresa é responsável por 189 mil quilômetros quadrados de área e mais de 154 mil quilômetros de redes.

“Não existe crescimento sem energia elétrica, se não houver capacidade de suprir a demanda.” Entre 2018 e 2022, no Vale do Rio Pardo, a RGE ampliou a subestação Santa Cruz 2 e reformou as existentes em Candelária e Rio Pardo. Em todo o Estado, 15 novas foram construídas e outras 48 reformadas e/ou ampliadas, além de 506 novos quilômetros de linhas de distribuição instalados. Tudo isso, segundo Döring, aumentou a capacidade do sistema em 513 MVA (me-

gavolt-ampere). “Capacidade de geração não é um problema para a RGE e, hoje, o nosso nível de interrupções está reduzindo consideravelmente.”

Para o futuro, o consultor projeta como grande desafio a substituição dos postes de madeira por novos, feitos de concreto e muito mais resistentes e duráveis. O último levantamento, feito no ano passado, indicava que 24% das estruturas ainda eram de madeira, enquanto a projeção para 2025 é que haja uma redução para 9%. Frisa que o poste ser de madeira não é um problema a princípio, mas pode se tornar quando o material apodrece. “Sobretudo nos locais de difícil acesso estamos fazendo todos de concreto, fibra ou mesmo movendo a rede.”

Destaca ainda o Centro Integrado de Operações, sediado em São Leopoldo, na Região Metropolitana. O local hospeda todos os times responsáveis pelo atendimento aos clientes, monitoramento das redes e muitas outras tarefas. “Estamos trabalhando muito forte a questão das redes inteligentes, um sistema que permite fazer os despachos du-

rante a madrugada. Quando as equipes começam a trabalhar, pela manhã, já sabem o roteiro de trabalho.” Tudo isso, acrescenta, é supervisionado por um gestor de área que faz correções ao longo do dia.

Outra dúvida muito comum explicada por Döring foi sobre a automatização das redes para identificar falta de energia. Segundo ele, onde existem grandes blocos de carga, há equipamentos capazes de detectar essa interrupção no fornecimento e alertar a central em São Leopoldo. “Se faltar luz no centro de Santa Cruz, não é necessário que nenhum cliente faça contato com o teleatendimento. O sistema informa qual foi a causa do curto-circuito e avisa o operador.”

Ao falar de algumas insatisfações comumente apontadas pelos usuários, o mediador Ronaldo Falkenback questionou sobre como funcionam as previsões para restabelecimento da energia em casos de interrupção do fornecimento. Segundo o consultor, o retorno depende principalmente da extensão dos danos e da robustez da rede atingida, entre outros fatores.



■ Döring: companhia vai investir R\$ 8 bilhões em melhorias no sistema até 2027

Corte de árvores

Ao longo dos últimos anos, um dos assuntos mais polêmicos em torno da RGE sem dúvida é o corte ou poda radical de árvores. Constantemente os veículos da **Gazeta** recebem reclamações de cidadãos insatisfeitos com os serviços executados pela empresa. Segundo Eduardo Döring, a supressão é necessária quando a vegetação oferece risco para a rede elétrica. Além disso, enfatizou que a RGE prossegue com o programa Arborização + Segura, cujo objetivo é substituir árvores com porte inadequado por outras, mais adaptadas ao local. De acordo com ele, para cada planta suprimida, outras cinco são plantadas.